

Pureza e impureza entre os azuis: o oficial “ex-praça” no sistema classificatório da SEPM

Purity and Impurity in the Blue Corps: the “former-enlisted” officer within SEPM’s classificatory system

Leonardo Ramos¹

Marcos Veríssimo²

Perla Alves Bento de Oliveira Costa³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar as representações e moralidades relacionadas à identidade dos oficiais policiais militares que não são provenientes do Curso de Formação de Oficiais (CFO), com especial foco nos integrantes do Quadro de Oficiais Auxiliares (QOA)⁴ da Secretaria de Estado da Polícia Militar (SEPM). Pretende-se investigar os papéis institucionais de “pureza” e “impureza” atribuídos simbolicamente a oficiais e praças, bem como os conflitos e disputas decorrentes dessa dicotomia. Para atingir os objetivos da pesquisa, a metodologia adotada baseia-se no trabalho de campo com inspiração etnográfica, privilegiando o uso extensivo de material coletado por meio de conversas diretas com os sujeitos envolvidos nas questões aqui tratadas. Os resultados da pesquisa apontam que as desigualdades dentro da polícia refletem as desigualdades sociais, das quais a polícia faz parte, em seus processos de atualização.

Palavras-chave: Polícia Militar. Hierarquia. Práticas Policiais. Desigualdades.

ABSTRACT

This work aims to describe and analyze the representations and moralities related to the identity of Military Police officers who do not come from the Officer Training Course (CFO), with special focus on members of the Auxiliary Officers Board (QOA) of the SEPM. It is intended to investigate the institutional roles of “purity” and “impurity” symbolically attributed to officers and enlisted personnel, as well as the conflicts and disputes arising from this dichotomy. To achieve the objectives of the research, the methodology adopted is based on fieldwork with ethnographic inspiration, privileging the extensive use of material collected through direct conversations with the subjects involved in the issues discussed here. The results of the survey indicate

¹ Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Justiça e Segurança e Bacharel em Segurança Pública e Social pela UFF. E-mail: ramosrcfn@gmail.com.

² Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF); Professor de Sociologia na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ); Pesquisador vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC); Coordenador do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública (LABIAC) no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. E-mail: maverissimo.silva@gmail.com.

³ Pesquisadora de Pós Doc em Sociologia na Universidade de São Paulo, Doutora e Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, Tecnóloga em Segurança Pública e Social pela Universidade Federal Fluminense e Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: alvesperla80@gmail.com.

⁴ À luz da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, passou-se a adotar a nomenclatura Curso de Habilitação de Oficial do Quadro de Oficiais Especialistas (CHOE).

that inequalities within the police reflect social inequalities, of which the police is part, in its updating processes.

Keywords: Military Police. Hierarchy. Police Practices. Inequalities.

INTRODUÇÃO

A olho nu, as hierarquias percebidas na Polícia Militar do Rio de Janeiro, como em suas equivalentes nos outros estados da federação brasileira, parecem estar bem explicitadas nos padrões icônicos de suas insígnias, divisas e “gemadas”⁵, a diferenciar não apenas oficiais e praças, como também os diferentes postos e graduações dentro dessas duas partes que segmentam as corporações militares. Dito de maneira mais detalhada, as Polícias Militares brasileiras se enquadram no conceito de forças auxiliares e reserva do Exército (Art. 144, §6º da CRFB) e herdaram dele o modelo estrutural, a exemplo da estrutura bipartida de seus quadros hierárquicos, em praças e oficiais.

O quadro das praças é distribuído hierarquicamente em soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente. Já o quadro dos oficiais é composto por aluno-oficial, aspirante-oficial, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Porém, o fato constitucional de serem forças auxiliares ao Exército explicita, já de antemão, sua posição subalterna entre as forças que detêm as armas do Estado, e nos permite vislumbrar um sistema de partes desiguais e complementares (Dumont, 1992; DaMatta, 1997).

Para além das cadeias de comando, dos postos e graduações, há uma hierarquia mais englobante e intrínseca às corporações militares entre oficiais, treinados para exercer o comando, e praças, instruídas para serem comandadas pelos oficiais. Contudo, ao examinarmos essas relações mais de perto, percebe-se que as hierarquias vão muito além dessas divisões mais evidentes e explícitas e, não raro, podem gerar efeitos contraditórios à própria lógica hierárquica tornada oficial. A atualização desse ajuste fino entre funções e posições exercidas por oficiais e praças, ajuste que estrutura as atividades administrativas e operacionais da corporação, é algo a ser descrito em estudos empíricos acerca do papel de fato exercido pela PM fluminense no chamado “sistema de Segurança Pública” em distintos territórios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O presente trabalho é resultado do diálogo acadêmico, realizado no âmbito do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), por

⁵ “Gemadas” é uma gíria nativa na Polícia Militar fluminense e faz referência à cor da estrela na patente dos oficiais-superiores, de cor amarela, lembrando a gema do ovo.

pesquisadores nele formados e voltado para uma compreensão sociológica de práticas policiais e suas representações no estado do Rio de Janeiro, bem como de seus efeitos no campo das políticas públicas de segurança. Entre os três autores, dois fazem parte dos quadros da Polícia Militar do Rio de Janeiro e, a partir da interlocução atenta e respeitosa com pares, superiores e subordinados na corporação, aliada ao crivo da discussão acadêmica crítica em torno da administração institucional de conflitos, já contribuíram com estudos empíricos envolvendo o fazer policial em terras fluminenses sob várias formas (Costa, 2018; 2021; Ramos, 2021; 2025; Verissimo, 2009; 2020; Verissimo; Costa, 2024).

O emprego massivo de corporações militares ou militarizadas nas políticas de Segurança Pública e administração institucional de conflitos é um elemento bastante naturalizado não apenas nos organogramas criados para manter de pé o edifício da república brasileira, mas também, e de maneira ainda mais visceral, nos territórios das cidades e regiões metropolitanas do país. Tal mentalidade é analisada em detalhe no trabalho do sociólogo Marcelo Bordin, resultado de sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, intitulada “A guerra é a regra: a hipermilitarização da segurança pública no Brasil” (Bordin, 2021).

Neste caso, o pesquisador também é policial aposentado da PM paranaense. Seu olhar tem, portanto, o duplo crivo do policial com anos de experiência e participação visceral em incontáveis ações nos territórios das cidades, aliado ao olhar analítico obtido por meio de sua inserção em redes institucionais de pesquisa e acesso a financiamento das agências de fomento à produção do conhecimento no país. Com sua análise atenta e sensível, percebe que essa hipermilitarização das concepções que formatam o chamado “sistema de segurança pública” no Brasil tem efeitos que não se restringem ao estabelecimento da ordem urbana nos espaços de uso coletivo da cidade, infiltrando-se na vida cotidiana e mesmo íntima de cidadãos e cidadãs contemporâneos.

Nas palavras de Bordin (2021, p. 76):

Não há como escapar do processo de hipermilitarização nos dias de hoje. Se no passado os militares eram o último recurso para as nações e vistos como heróis, hoje eles são sempre a primeira face de um estado cada vez mais controlador e “fornecedor da morte” para as populações pobres das grandes cidades.

Desse modo, entendemos que colocar sob descrição as hierarquias, cores e valores expressos nos ritos, nos mitos e nas operações cotidianas incorporadas por homens e mulheres que portam armas de guerra, ora socorrendo, ora interditando, ora matando,

formalmente em nome do Estado, é uma forma de produzir conhecimento para o campo de estudos da segurança pública e administração institucional de conflitos no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, entendemos ser relevante analisar os sistemas hierárquicos que estruturam as instituições em sua profundidade, na medida do possível, incluindo suas liminaridades, ambiguidades, pontos de conexão e ruptura, e mesmo as confusões classificatórias que tanto inquietam os intelectos de iniciantes e iniciados.

METODOLOGIA

Este artigo, como já foi dito, é fruto da colaboração e da interlocução acadêmica entre três autores: duas praças da PM, sendo um bacharel em Segurança Pública e Social e doutorando em antropologia, e a outra tecnóloga em Segurança Pública e Social e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, além do coordenador do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC)⁶, que atua por meio de reuniões regulares das quais participam tutores e estudantes do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF.

O material etnográfico que embasa este trabalho, portanto, tem origem na interlocução permanente entre agentes que protagonizam as ações que encarnam as políticas de segurança pública na contemporaneidade em diferentes territórios das cidades, com pesquisadores que, por sua vez, investem tempo de vida e esforços profissionais para produzir conhecimento acadêmico, colocando à prova achados obtidos a partir de estudos empíricos no campo da antropologia.

Neste caso específico, a autoria é composta por pessoas que conseguem experimentar esses dois pontos de partida. A observação participante foi possível por meio das nossas atividades, pois permitiu identificar questões e inquietações que culminaram na elaboração deste trabalho. Dessa forma, pudemos observar hierarquias existentes que se distanciam daquelas tornadas explícitas nos regulamentos que regem a vida profissional e, por se tratar de militares, também pessoal dos homens e mulheres que compõem a corporação PMERJ.

Sendo assim, para estudar as representações e valores compartilhados pelos nossos colegas de farda, foi necessário um exercício de afastamento da nossa parte, para que assim pudessemos estranhar o familiar, como sugere o antropólogo Gilberto Velho (1981).

⁶ Registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (ver em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/461617>).

Conforme destaca esse autor, o conhecimento cotidiano em relação ao ambiente e aos sujeitos da pesquisa não garante um objeto mais conhecido; muito pelo contrário. Assim, a cada conversa com nossos interlocutores nos eram apresentados nuances até então não percebidos. Tais detalhes, por vezes, nos fizeram perceber que, mesmo compartilhando pertencimentos institucionais, faltava-nos certa agudeza que somente o exercício etnográfico, uma penetração nos motivos que fundamentam sentimentos e práticas, pôde lançar luz sobre o objeto observado.

Bronisław Malinowski, um físico e matemático polonês que, no início do século XX, se aproximou dos estudos antropológicos e realizou estudos de pós-graduação na prestigiada London School of Economics, é considerado o formulador da perspectiva etnográfica na pesquisa socioantropológica. Enviado para as Ilhas Trobriand, no Oceano Pacífico, tinha como missão, inicialmente, realizar estudos comuns à época e hoje tidos como superficiais sobre a vida nativa local, baseados na aplicação de questionários e na interlocução não com os ditos “nativos”, mas com comerciantes e burocratas a serviço da coroa inglesa em seus empreendimentos coloniais. Não havia, evidentemente, sequer o tempo necessário para aprender as línguas nativas.

Contudo, como tudo isso acontecia no ano de 1914, a eclosão da Primeira Guerra Mundial forçou o navio que servia, entre outras coisas, de base aos estudos de Malinowski, de bandeira inglesa, a permanecer por tempo indeterminado ancorado nas Ilhas Trobriand. Foi aí que Malinowski, em evento já tornado um tanto mítico na história da teoria antropológica, montou sua barraca na aldeia e passou a participar da vida nativa, sistematizando a partir daí uma forma nova e original de produzir conhecimento sociológico, antropológico e institucional sobre realidades culturais locais.

Malinowski (1978, p.18), pontua que:

“... um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica.

(...) Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos”.

No caso do presente estudo, indo além da classificação tradicional entre oficiais subalternos, intermediários e superiores, principalmente no que se refere aos papéis que

desempenham no âmbito da corporação, uma observação atenta, com abordagem etnográfica, revela outras formas de classificação. O que aí se revela pode permitir compreender, para além das superficialidades e até mesmo dos documentos e regulamentos, as ações policiais e seus efeitos na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Segundo as representações tornadas conhecidas em processos de formação no ambiente de caserna desta corporação (PMERJ), a cor azul, predominante nos quartéis da SEPM, é trazida da bandeira do estado fluminense para dar o tom institucional da corporação (Silva, 2011, p. 36). É isso o que dá ensejo ao título deste trabalho: pureza e impureza entre os azuis. O que significa ser puro ou impuro em matéria de poder de decisão para definir as ações da corporação nos espaços públicos? Quantos tons de azul podem aparecer entre puros e impuros? É com o intuito de responder a essas e outras perguntas que este trabalho se constitui e, para dar conta de tal desafio, recorre à perspectiva do trabalho de inspiração etnográfica, com foco em como são vivenciadas, na prática, as interações hierárquicas entre os agentes da corporação.

Ao analisarmos os oficiais, identificamos diferentes origens: os formados pelo Curso de Formação de Oficiais (CFO), os oriundos do Estágio Probatório de Adaptação de Oficiais (EPAO)⁷, aqueles que concluíram o Estágio de Adaptação Militar Especial (EAME)⁸ e, por fim, os provenientes do Curso de Habilitação aos Quadros de Oficiais Auxiliares e Especialistas (QOA-QOE). Neste trabalho, cabe destacar que descreveremos e analisaremos alguns aspectos das hierarquias atuantes nesta corporação por meio da interlocução com policiais militares que cursaram o CFO e o QOA-QOE. Todos esses cursos de formação ocorrem na Academia de Polícia Militar Dom João VI; portanto, todos os oficiais são formados na mesma escola, ou seja, todos são formados na mesma escola, ou seja, todos pisaram no, chamado, “solo sagrado” (categoria nativa).

A ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DOM JOÃO VI – O SOLO SAGRADO

A Academia de Polícia Militar Dom João VI foi fundada em 1920, inicialmente como Escola Profissional, por iniciativa do General José da Silva Pessoa, com o objetivo de formar oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro nos moldes das

⁷ O EPAO destina-se à adaptação dos Oficiais de Saúde, dos Pedagogos e dos Capelães à vida policial militar. À luz da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, passou-se a adotar a nomenclatura Curso de Habilitação de Oficial do Quadro de Oficiais da Saúde.

⁸ Os militares temporários voluntários de saúde são regidos pelo regime de Serviço Militar Temporário Voluntário de saúde (SMTVS), que consiste no exercício de atividades específicas, desempenhadas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, por prazo determinado, conforme disposto na Lei nº 9.535, de 29 de dezembro de 2021.

instituições das Forças Armadas. Originalmente localizada no Regimento Marechal Caetano de Faria, a escola foi transferida em 1960 para a Invernada dos Afonsos, onde funciona até os dias atuais, no bairro de Sulacap, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro (PMERJ, 2025).

Em 1967, a Academia conquistou autonomia administrativa e implementou uma reformulação curricular, adaptando-se às necessidades da época. Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975, as escolas de formação policial foram unificadas, consolidando a instituição como um centro de referência no preparo de oficiais. Em 1983, a Polícia Militar do Rio de Janeiro iniciou a formação de oficiais femininas, marcando um avanço significativo e tardio na inclusão de mulheres na corporação (PMERJ, 2025).

Foi em 1998 que a instituição passou a ser oficialmente chamada de Academia de Polícia Militar Dom João VI, passando então a homenagear o Príncipe Regente de Portugal, dos tempos da vinda da corte lusitana para o Rio de Janeiro em 1808 (Wilken, 2010), mesmo ano que marca a origem da Polícia Militar do Rio de Janeiro, de acordo com a história tornada oficial pela corporação. Reconhecida como instituição de ensino superior, a academia oferece uma formação abrangente que combina conhecimentos jurídicos, policiais militares e técnico-profissionais para atender às demandas do estado do Rio de Janeiro e de outras regiões. Recentemente, o curso de formação de oficiais foi atualizado para um período de dois a três anos, com a exigência de que os candidatos possuam bacharelado em Direito (PMERJ, 2025).

No final da década de 2000, a disciplina de Antropologia fazia parte da grade curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO)⁹. Naquela ocasião, um dos autores deste trabalho, que não é policial, teve a oportunidade de ministrar a disciplina de Antropologia para estudantes do primeiro e do segundo ano do curso de formação de oficiais. Para simplificar a produção narrativa de fatos ocorridos na época e que são pertinentes à análise contida neste artigo, opta-se por narrar seus pensamentos e ações em terceira pessoa, tratando-o como “professor”.

Certo dia, após o término das aulas da parte da manhã, o professor dirigiu-se, como de costume, ao rancho, como é chamado neste contexto o amplo refeitório onde oficiais, oficiais-alunos, oficiais-professores e professores realizavam suas refeições.

⁹ Posteriormente, no início dos anos 2010, a disciplina foi excluída do referido curso.

Os alunos comiam na forma de bandeirão, ou seja, recebiam uma bandeja de metal subdividida em cavidades onde eram colocados arroz, feijão, eventualmente macarrão, alguma proteína, legumes, verduras, algum doce (bananada, pé-de-moleque etc.) e um copo de refresco, por funcionários atrás do balcão que disponibilizavam porções padronizadas e restritas à configuração de cada dia. Uma vez de posse de seus bandejões, acomodavam-se em mesas grandes, que comportavam dezenas de pessoas, sentando-se em bancos de madeira sem encosto e compridos o suficiente para acomodar pessoas ao longo de toda a sua extensão.

Já os oficiais serviam-se, eles próprios, do quanto quisessem, em pratos de vidro, em uma mesa de quentes e frios farta e variada, onde havia jarras com refresco e frutas frescas já fatiadas. Tal mesa ficava disposta no fundo do rancho, em local bastante apartado das amplas mesas dos alunos. Dispostas ao redor da mesa com a comida, as mesas quadradas com quatro cadeiras cada eram o lugar no qual os oficiais se acomodavam para realizar as refeições. Era ali que comia, inclusive, o comandante da Academia Dom João VI, bem como o staff de oficiais que realizavam as atividades administrativas daquele quartel-escola.

O professor havia sido cuidadosamente instruído pelos oficiais a almoçar no rancho, sendo que deveria se servir na mesa de quentes e frios ao fundo, a que fica longe dos alunos e onde eles também almoçavam. E assim foi feito, até aquele dia em que, ao se dirigir para o rancho como de costume, o professor foi parado por alunos que faziam fila junto à parede externa do refeitório e que, muito simpaticamente, fizeram elogios às suas aulas, além de fazerem perguntas específicas sobre os temas trabalhados na disciplina. Tratava-se da curiosidade que, em geral, os professores gostam de verificar nos estudantes, de modo que o professor acabou ficando mais tempo naquela fila do que o esperado.

Enquanto isso, a fila andou. Foi quando um dos alunos, no momento em que chegava perto de começar a receber a comida no bandeirão, perguntou: “Professor, por que o senhor não almoça com a gente?”. O professor então aceitou o convite e alcançou um bandeirão para colocá-lo na esteira, em vez de se dirigir ao fundo do rancho.

Desse modo, a interessante conversa sobre práticas policiais, teorias antropológicas e o conceito de etnografia, entre algumas amenidades e comentários sobre o calor carioca e as notícias dos jornais e telejornais, seguiu-se entre garfadas. Do ponto de vista do professor, tratava-se de uma cena bastante trivial, que inclusive já havia vivido incontáveis vezes junto a alunos, seja no bandeirão da Universidade Federal Fluminense ou nos

refeitórios de escolas públicas da rede estadual de ensino. Ele nem imaginava que sua atitude estava sendo observada por pessoas que almoçavam no fundo do rancho, mas isso logo lhe seria comunicado.

Naquele mesmo dia, após o final das aulas da tarde, antes de sair, o professor foi se despedir do tenente Marcio¹⁰, como de costume. Desde que começara a trabalhar ali, este oficial havia sido indicado como elo do professor com a parte burocrática do trabalho, como a impressão de diários, registro de notas, além de avisos e comunicação de excepcionalidades etc. Naquela tarde, o tenente saiu de sua sala para falar com o professor no corredor, o que não era usual. Visivelmente constrangido por ter de abordar aquele tema com o professor, pediu que ele fosse mais cuidadoso com a “hierarquia no rancho” (termo empregado por Márcio), pois havia chegado ao seu conhecimento algo que pareceu demasiadamente estranho, exótico, para os oficiais da Academia Dom João VI: o professor compartilhando a refeição, a mesa e o horário do almoço com os estudantes, e não em seu lugar de distinção.

O professor se desculpou com o tenente pelo “descuido” (em conversas assim, os termos eram cuidadosamente calculados), prometeu que não se repetiria, e ainda argumentou que assim o procedera por conta da hospitalidade dos estudantes e de seu gesto de gentileza, não vendo maiores problemas em relativizar as formas mais ortodoxas de organizar a distribuição das diferentes pessoas constitutivas daquele espaço. Márcio então disse, sorrindo e ainda aparentando constrangimento: “é assim mesmo, professor, tá tranquilo... é só ficar cada qual em seu lugar”. Então se despediram e o professor iniciou seu regresso à casa, mas não sem pensar no quanto o acontecido na hora do almoço revelava detalhes das chaves hierárquicas da PM, indo além das hierarquias militares.

Sendo o professor um não militar, entendia que estava fora daquele sistema classificatório que opõe praças e oficiais, podendo, portanto, escolher em que parte do rancho partilhar o momento de comensalidade do horário de almoço, uma vez que não era praça nem oficial. Porém, quando oficiais da corporação elaboraram as regras do rancho, bem como as regras e etiquetas de convívio dentro das dependências daquele quartel, onde, por ser também a escola de formação de oficiais, circulavam regularmente pessoas identificadas como “civis”, não militares, foi necessário aplicar uma hierarquia mais

¹⁰ Todos os nomes próprios aqui utilizados para colocar sob descrição as representações e práticas sobre hierarquia na PM fluminense são pseudônimos criados para preservar a identidade e a privacidade de nossos interlocutores, que foram devidamente informados que a interlocução fazia parte de um projeto de pesquisa.

englobante do que a hierarquia militar para regulamentar implicitamente, sem necessidade de portarias ou ofícios, os comportamentos. Nessa hierarquia mais englobante, não era dado ao “civil”, ali na qualidade de professor, o atributo de escolher onde e com quem almoçar.

Seu lugar era junto dos oficiais, e o descumprimento dessa regra implícita, que lhe fora comunicada verbalmente em sua primeira semana de trabalho, como é comum ocorrer na quebra de hierarquias, pareceu altamente perturbador para pessoas que se sentiram, por isso, motivadas a relatar o ocorrido ao tenente Márcio, que, por sua vez, se sentiu impelido a, ainda que aparentemente não muito convencido da pertinência daquela conversa, nem plenamente certo de que aquilo fosse algo importante, ter essa conversa com o professor no corredor.

OS OFICIAIS “SANGUE AZUL” - A TRADIÇÃO DOS OFICIAIS QUE NUNCA FORAM PRAÇA

Na trajetória das instituições militares, o termo “sangue azul” é utilizado para se referir aos oficiais que, ao longo de suas carreiras, nunca ocuparam a graduação de praça, ou seja, aqueles que ingressaram diretamente no oficialato, sem passar pela experiência de ser soldado. Na Polícia Militar do Rio de Janeiro, essa categoria de oficiais tem uma identidade bem definida, sendo comumente associada àqueles que alcançam os postos mais elevados na instituição sem a vivência prévia nas fileiras da tropa.

Nas palavras de Sirimarco (2013, p. 564):

O “sangue azul” torna-se um tópico recorrente dentro da instituição policial. Utilizados intramuros, serviu sempre — como esta citação evidencia — para caracterizar o quadro de oficiais (em contraposição ao de suboficiais). Em momentos de maior amplitude discursiva, o “sangue azul” identifica todos os policiais como tal (em contraposição àqueles que não pertencem a uma força policial). “Nossa cor é o azul, limpo e soberano”, dizia um chefe policial há décadas. E assim o azul — da bandeira, da pátria, do uniforme — se torna a tal ponto um sinônimo da agência policial que referir-se aos “homens de azul” é aludir aos policiais.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) é voltado para os candidatos aprovados no concurso público, o qual estabelece, entre outros requisitos, que os postulantes tenham entre 18 e 30 anos de idade. Dessa forma, não há impedimentos para que uma praça, desde que atenda a todos os critérios exigidos, se inscreva no concurso. Contudo, uma vez concluído o CFO, este antigo soldado não será, aos olhos de muitos na PM, um “sangue

azul”. Importante destacar que não há reserva de vagas destinadas aos integrantes já pertencentes à corporação, o que torna o processo seletivo igualmente competitivo para todos os candidatos.

Nos últimos editais, o CFO teve duração de dois anos. O edital atual¹¹ prevê um período de formação que pode variar entre 24 e 36 meses, abrindo a possibilidade de que o curso retome a duração de três anos, como ocorria anteriormente, quando a exigência mínima de escolaridade era o ensino médio.

Esses oficiais são conhecidos por sua formação voltada para liderança, chefia e gestão, com foco em treinamento acadêmico rigoroso, ao contrário das praças que, ao longo de sua carreira, adquirem um aprendizado mais prático e diretamente ligado à experiência de campo. A relação entre praças e oficiais, especialmente os “sangue azul”, é marcada por certo distanciamento, uma vez que os primeiros possuem uma vivência de campo que os conecta diretamente com a realidade das ruas, enquanto os segundos, com sua formação teórica e acadêmica, podem apresentar dificuldades para se identificar com os desafios diários da tropa.

A PRAÇA QUE FEZ CFO – OFICIAL IMPURO

Aspirante Gonzalez, com seus cabelos parcialmente grisalhos, não aparentava ter entrado na PM pela “porta da frente”¹². Sua idade, um homem que aparentava aproximadamente 40 anos, era incompatível com o posto de aspirante a oficial da Polícia Militar, uma patente geralmente ocupada por pessoas mais jovens. Àquela noite, na Morro da Providência, na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), Gonzalez apareceu. Estava de serviço de Supervisão de Oficial, pela CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora). Sua função era visitar algumas UPPs e fiscalizar o bom andamento do serviço nessas unidades, registrando as alterações, caso houvesse.

O aspirante dizia, numa conversa informal com uma guarnição de serviço na base da Unidade de Polícia Pacificadora, que após ter se formado e deixado o CFO, precisou

¹¹ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Concurso público para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – Soldados (PMERJ 2024). Disponível em: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmerj24/soldados>.

¹² Refere-se, no contexto dicotômico de acesso à carreira policial militar, ao Curso de Formação de Oficiais. Haja vista que, neste universo corporativo, há notória representação entre as praças que os oficiais ocupam lugar de prestígio institucional. Posição esta que inspira a crença de duas formas de entrada na instituição: uma prestigiada pela conotação de regularidade e comando — a “porta da frente”, e outra marcada por irregularidade e obediência, respectivamente, o Curso de Formação de Oficiais e o Curso de Formação de Soldados, respectivamente.

ainda retornar a esta escola para resolver um problema administrativo. Ao chegar lá, deparou-se com um grupo de alunos oficiais, recém-chegados à Academia Dom João VI. Os jovens cadetes¹³, curiosos pelo fato da insígnia nos ombros de Gonzalez ser de um aspirante, ao passo que a aparência não correspondia à sua patente, perguntaram-lhe: “Chefe, o senhor é sangue puro?”. Essa indagação lhe causou certo desconforto.

Gonzalez havia sido praça. Ele, já sargento, prestou concurso público para a Academia Dom João VI e, após o CFO, ingressou no quadro dos oficiais. À época em que ingressou no curso, estava na PM havia aproximadamente 16 anos. A pergunta curiosa dos cadetes se deu pela suposição daqueles jovens oficiais, posteriormente confirmada, de que o aspirante houvesse sido praça antes de se tornar oficial de polícia. Isso, no entanto, lhe rendeu uma reprimenda de Gonzalez. Conforme lembrou naquela noite no Morro da Providência: “Na mesma hora dei um esporro neles: ‘Sou oficial igual a vocês! Não tem isso de sangue puro’”, disse Gonzalez, cercado por soldados e cabos, dos quais um dos autores deste trabalho fazia parte.

Frente a esse episódio, veio à tona a questão: ora, se Gonzalez, que foi um “oficial de escola”, como são chamados os oficiais concursados, em razão de ter sido uma praça da PM, seria um “sangue impuro”, o que se dirá do oficial do Quadro de Oficiais Auxiliares da Polícia Militar do Rio de Janeiro (vulgarmente chamado de “QOA” ou “oficial QOA”)? Este, então, seria um oficial marcado por maior impureza. Porém, é justamente na descrição das situações-limite, das liminaridades estruturadas e estruturantes, dos interstícios dos sistemas classificatórios, da existência de pessoas ou personagens que desafiam frontalmente a arte sociológica de classificar pessoas e coisas, que eventualmente podemos encontrar indícios que auxiliem na compreensão das hierarquias e seus efeitos.

O OFICIAL QOA

A praça, quando alcança a graduação de 1º sargento, com mais de dois anos nesta graduação, ou de subtenente, habilita-se a concorrer à vaga de QOA, por meio de prova interna, condição que possibilita sua ascensão do quadro de praças para o de oficiais. Diferentemente da praça que, em determinado momento da carreira, antes de completar os

¹³ O nome “cadete”, usado para se referir ao aluno-oficial no Exército e na Aeronáutica, não está previsto no regulamento da Polícia Militar. Todavia, não é incomum, na APM, se referir ao aluno como cadete. Segundo o Dicionário Michaelis, “cadete” seria o “jovem de família nobre que se incorporava ao Exército para se exercitar na arte da guerra e, a seguir, gozava de privilégios para ascender a postos de oficial, sem ocupar posições ou postos inferiores”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/Kljv/cadete/>. Acesso em: 18 mai 2025.

30 anos, idade regulamentar limite para prestar a seleção aberta para o CFO, realiza o concurso e se torna oficial, o QOA precisa ter percorrido por décadas os postos de soldado, cabo e sargento (terceiro, segundo e primeiro) para se tornar elegível a esse concurso interno. Segundo observações mais detidas, bem como relatos de alguns interlocutores, o “QOA” seria um oficial administrativo, com funções internas na instituição, geralmente alocado em seções no batalhão consideradas desprestigiadas entre os oficiais de escola.

Segundo o subtenente Wesley, com 25 anos de serviço:

Eu não quero ser QOA. Tá maluco! Eu tenho quase 25 anos de polícia, você acha que eu quero passar por essa escrotidão, ser esculachado? Eles [os comandantes de batalhões] jogam tudo que é de ruim no colo do QOA: é chefe de RUMB¹⁴, é o *rancho*, é a Tesouraria, é IPM¹⁵, é esta pica toda... Ninguém dá uma companhia¹⁶ pra o QOA comandar.

A representação acima sobre o papel institucional do QOA é compartilhada por outros policiais, conforme já foi percebido pelos autores do presente artigo. Na fala do subtenente Wesley, pode-se inferir que ser um QOA, ainda que este seja um oficial, implica complexos conflitos identitários em razão da indefinição desse ser “híbrido”, meio praça, meio oficial, existente nos quadros da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Em um momento de interação, um dos autores deste artigo presenciou a seguinte fala em relação a um determinado QOA:

A polícia não espera que a praça seja oficial. Por isso a gente pode entender que tem o preconceito em relação ao QOA, que ele não é ‘sangue puro’, então não é uma classe nobre, não é uma classe pura. E, essa definição dele não está clara. Essa definição dele faz com que o comando o utilize como quiser. Olha só: este quadro de oficiais auxiliares até ajuda a entender o seguinte... Quem tá auxiliando tem uma função inferior ao auxiliado. Então, na regra, o auxiliar já é subordinado. Então, como fica a relação de um capitão QOA e um tenente de escola, né. Porque esse tenente de escola é subordinado a um capitão, mas essa carreira do capitão é inferior à dele.

O relato acima vai ao encontro de outro evento, quando um interlocutor presenciou a conversa de um coronel, comandante de um batalhão, com um capitão de escola (que havia sido praça). Segundo este interlocutor, o capitão questionou seu comandante sobre o

¹⁴ Reserva Única de Material Bélico (lugar onde o armamento é acondicionado).

¹⁵ Inquérito Policial Militar. Peça investigativa que tem por objetivo averiguar o possível cometimento de crime militar.

¹⁶ Todo batalhão é dividido em companhias. Estas unidades são comandadas por oficiais, geralmente 1º tenente ou capitães. As companhias são distribuídas na área de atuação do batalhão, a fim de organizar e efetivar o policiamento em toda circunscrição do batalhão. Comandar uma Cia é uma posição de interesse e prestígio.

motivo pelo qual lhe havia sido atribuída a função de chefe da RUMB (ver nota 13), enquanto outro policial, 1º tenente, hierarquicamente inferior ao capitão, comandava uma companhia. A resposta do coronel ao capitão foi a seguinte: “Porque Fulano [o 1º tenente] não foi praça”. Na gradação da escala de pureza e impureza do sistema classificatório da PM fluminense, há os oficiais “sangue puro”, representados acima daqueles que foram praça, relativizando assim o expresse nas insígnias e “galões”, símbolos exteriores da ordem hierárquica formal. Porém, há ainda, mais abaixo, os oficiais QOA.

A problemática, no entanto, não se encerra com a constatação de que há uma representação na Polícia Militar que orienta as relações entre praças e oficiais a partir da dicotomia pureza e impureza, pois uma fala do subtenente Wesley nos convida a outra reflexão. Na conversa que tivemos com este policial, lhe foi perguntado qual era sua visão a respeito da origem dessa ideia de que os oficiais oriundos do CFO seriam “sangue puro”, enquanto a existência pregressa entre o corpo das praças é tomada como elemento de impureza. Quanto mais tempo entre as praças, maior a impureza. Wesley apresenta um posicionamento não conformista em relação a esse aspecto.

Nas palavras de Wesley:

Na verdade, quem é puro é a praça, porque ele conhece a “pista”. Uma praça quando faz prova pra Academia e vira oficial, ou mesmo um QOA, esse cara já tem a experiência da “pista”¹⁷, é um cara desenrolado, político, conhece geral, se relaciona bem com todo mundo, conhece a sacanagem toda da pista. Sabe chegar bem no juiz, no advogado, no político. Isso porque trabalha num determinado setor há anos. Conhece a manha da polícia. Quando esse cara se torna oficial, ele já carrega essa experiência com ele e leva isso pra o oficialato. Sabe do que estes caras tem medo [se referindo aos oficiais de escola]? É que eles sabem que o QOA vai colocar eles no bolso! Por isso eles tem preconceito com o QOA. Na verdade, eles têm medo. Impuro são eles, que vieram direto da vida de P.I.¹⁸ e entraram na polícia. O oficial que foi ex-praça, ele já entra no oficialato trazendo a pureza com ele.

Quando em contato com um interlocutor, hoje tenente QOA, ele relatou que durante o curso ouvia que o QOA possui uma mala e que essa mala deve ser guardada a sete chaves, pois nela estaria algo muito valioso, isto é, todos os conhecimentos que os oficiais QOA possuem e que os diferencia dos oficiais “sangue azul”. A metáfora da mala ajuda a

¹⁷“Pista” faz referência, no jargão policial, a duas dimensões, uma física, outra simbólica. Materialmente, pista se refere à rua, à área de policiamento. Já numa conotação imaterial, dizer que um policial é “bom de pista” pode indicar a expertise de manipular os diversos papéis sociais com o fito de auferir vantagens materiais ou simbólicas, na condição de policial.

¹⁸ P.I. ou Pé Inchado, faz referência ao cidadão civil, que não faz parte do universo policial. Esta categoria tem uma forte carga moral, pois tenta desqualificar ou deslegitimar o sujeito para assuntos ligados à segurança pública.

compreender que o QOA possui muitas ferramentas, isto é, experiências, mas que essas ferramentas são utilizadas somente quando necessário e, na maioria das vezes, devem permanecer ocultas para não soar como superior ao oficial “sangue puro”.

Portanto, isso corresponde a afirmar que esse conhecimento adquirido por meio de vários anos de atividades policiais vividas na própria pele, metaforizado na figura da mala, inegavelmente um conhecimento útil para o campo da segurança pública e administração institucional de conflitos, é mobilizado não em favor da sociedade ou mesmo dos próprios detentores desse conhecimento, os QOA, mas em função dos objetivos de seus superiores hierárquicos “sangue puros”.

Uma fala de outro interlocutor corrobora o relato de Wesley e clarifica essa reflexão:

Eles falam umas coisas que traduzem o quanto eles são humilhados na Academia. É um curso baseado em humilhação, dedo na cara, e nessa questão de sempre chamar a atenção: “você agora não é mais praça!” E [de dizer que] as praças não são confiáveis. “Você agora é oficial. Você atravessou as águas do Rio Jordão”¹⁹.

Ora, se por um lado o “ex-praça”, segundo nossos interlocutores, é estigmatizado e visto com preconceito no círculo dos oficiais, por outro sua experiência pode representar certo valor para os comandantes de batalhão, vistos como oficiais “experientes”, conforme disse o subtenente Eduardo. Este tem mais de 25 anos de polícia, dos quais boa parte esteve dirigindo para o coronel Paulino. Certo dia, Eduardo aguardava o término do expediente no batalhão a fim de levar o comandante para casa. Ele esperava, sentado, próximo ao gabinete de Paulino, que resolvia um problema em uma seção fora daquele espaço.

Nas palavras de Eduardo:

Eu esperava o coronel, quando a subtenente Garcia discutia com o capitão Humberto, sobre se era devido ou não a participação dos QOAs nas reuniões de oficiais do batalhão. A subtenente defendia que os QOAs tinham, sim, de participar das reuniões; já o capitão discordava dela. O coronel chegou na hora da discussão. Chamou o capitão na sala dele e “deu uma comida de rabo nele”.

Ao ser perguntado sobre por que achava que o coronel Paulino havia chamado a atenção do capitão, e se não considerava que essa seria uma opinião comum entre os oficiais, portanto compartilhada por Paulino, Eduardo respondeu o seguinte: “Pode até ser

¹⁹ Faz referência à passagem bíblica de 2 Reis, capítulo 5, em que o chefe do exército do Rei da Assíria, Naamã, para ser curado da lepra que era acometido, precisou se banhar 7 vezes no Rio Jordão.

comum entre alguns, mas o Paulino é um coronel experiente. Ele sabe que o QOA tem bagagem... Paulino tem visão de águia”.

Contudo, o que pudemos observar foi que esse conhecimento da pista, essa mala, ao contrário do que muitos integrantes da tropa gostariam que fosse a realidade, como vimos nos depoimentos acima, apesar de seu inestimável valor prático, constitui um sinal de distinção negativa, de impureza.

A LIMINARIDADE ENTRE A PUREZA E A IMPUREZA: QUANDO A HIERARQUIA SIMBÓLICA SUPLANTA A FORMAL

Se estamos falando do binômio pureza/impureza para compreender as relações corporativas entre diferentes postos e patentes na PMERJ, para além da dimensão normativa e considerando seus efeitos na segurança pública, uma autora central para subsidiar a reflexão sobre esse fenômeno é Mary Douglas (1966; 2012). Ora, se os oficiais “sangue puro” estigmatizam as praças que se tornam oficiais, denominando-as “impuras”, e se a motivação para isso seria, como disse um de nossos interlocutores, o medo de que os ex-praças “coloquem no bolso” os oficiais de escola, tal constatação é coerente com a noção de que “as ideias de poluição são um instrumento de controle” (Douglas, 2012, p. 45).

Esse controle, metaforizado pela expressão “colocar no bolso”, sugere uma eventual sobreposição de interesses de protagonismo nas disputas pelos bens materiais e simbólicos, com base na habilidade adquirida pelo tempo e pela experiência da “pista”, especialmente nas articulações dos chamados “esquemas” (Rodrigues, 2022), na PM do Rio.

Exemplo disso foi mencionado por um interlocutor:

Quem ensina os esquemas da pista ao oficial é a praça. Se o tenente não sentar a bunda no GAT²⁰ pra aprender a trabalhar, pra saber como funciona a polícia de verdade, ele não vai aprender nada. Por isso que a praça que faz a prova pra oficial e passa, este sim é o verdadeiro sangue puro.

Na mesma esteira, outro autor fundamental para clarear as questões que circundam este objeto é Arnold Van Gennep (2013), principalmente no que tange ao processo de iniciação, em que o iniciado, por meio de um ritual, transmuta de uma fase para outra. Esse

²⁰ Grupamento de Ações Táticas. Se refere à guarnição composta geralmente por quatro militares, que exercem uma modalidade mais belicosa de serviço policial e tendo liberdade de ação para o exercício de práticas oficiais e oficiosas nos territórios sob sua jurisdição. Para uma discussão mais aprofundada sobre o GAT, ver: VERISSIMO; COSTA, 2024.

“rito de margem” (Gennep, 2013), ou rito liminar, pode ser observado, por exemplo, na fala da sargento Luciana ao citar a fala de um oficial, em uma conversa informal com um grupo de policiais, na qual o assunto dizia respeito ao QOA, conforme a transcrição abaixo.

Certo dia eu estava reunida com um pessoal da DGEI²¹, e havia alguns oficiais. Um oficial, que dá aula no Curso do QOA, disse uma coisa interessante. Ele disse assim: “O Sub²² (o comentário tem conotação sexual), o sub de polícia é um ser cansado. Já tá ali... separado, não tá comendo ninguém... Quando este sub passa no QOA, que ele atravessa as águas do Rio Jordão, ele vira um pegador. Então, o QOA dá um sacode na vida desse subtenente que estava cansado ali... desapontado, broxa. Depois que ele atravessa as águas do Rio Jordão, ele volta uma outra pessoa, ele volta um pegador”. Então, olha só como essa questão de ser oficial vai mexer com outros aspectos da vida da pessoa.

Quando essa oficial traz a metáfora da passagem pelo Rio Jordão para denotar a transformação que, segundo ela, ocorre no policial, estabelece-se um diálogo interessante entre Douglas (1966), Van Gennep (2013) e DaMatta (1997). Isso porque o rito de passagem ao qual o ex-praça é submetido quando, na representação da oficial, é “purificado da lepra” ao atravessar o “Rio Jordão” não apenas reforçaria sua masculinidade, mas também o colocaria em uma posição social de nobreza e superioridade hierárquica, valor comumente buscado em contextos estruturalmente desiguais (DaMatta, 1997; Dumont, 2000).

Todavia, é preciso sublinhar um aspecto que complexifica ainda mais esse processo. A despeito da “passagem pelo Rio Jordão”, esse ex-praça, ainda que oficial, tende a não ser reconhecido pelos demais oficiais como um “puro sangue”. Trata-se de uma espécie impura e, portanto, de um membro imperfeito de uma classe, na perspectiva de Douglas (1966).

Desse modo, parece-nos que esse sujeito, o oficial ex-praça, não consegue efetivamente atravessar, de forma inequívoca, essa “margem” (Van Gennep, 2013), mantendo-se recluso em uma zona ambígua e indefinida entre um estado e outro. Institucionalmente, isso pode representar um desconforto relacional ou até mesmo inspirar certa “poluição”, “perigo” ou algo “fora do lugar” (Douglas, 1966).

²¹ Diretoria-Geral de Ensino e Instrução.

²² Maneira informal de se referir ao subtenente, posto mais alto entre as praças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em instituições militares, a prevalência dos comandos hierarquizados justifica-se pela necessidade de pronta resposta em situações-limite, como conflitos envolvendo grandes contingentes de combatentes. O tempo necessário para refletir sobre determinado comando recebido pode representar a diferença entre continuar vivo ou morrer. Por isso, o comando deve ser prontamente dado e imediatamente respondido. Em termos militares bélicos, portanto, a finalidade da hierarquia é centralizar o comando e garantir a pronta resposta. No entanto, não foi esse enquadramento da hierarquia que pudemos observar por meio das interlocuções estabelecidas com diversos atores que compõem a Polícia Militar.

Em primeiro lugar, a rigor, sequer haveria justificativa para ortodoxias nos usos de comandos de guerra em uma instituição policial nos moldes modernos e democráticos, uma vez que o papel da polícia seria o de administrar os conflitos inerentes à vida social (Kant de Lima, 2008), sobretudo em sociedades complexas, nas quais encarnaria o braço armado do Estado e, portanto, não poderia constituir uma das partes em conflito. Entretanto, sabemos que é exatamente isso o que ocorre em determinados territórios do estado do Rio de Janeiro, onde ações compreendidas por muitos como de guerra, protagonizadas e antagonizadas por alguns grupamentos da Polícia Militar, acontecem em meio a um alto grau de naturalização da brutalidade.

Contudo, ainda com base nos dados levantados a partir das interlocuções que pudemos estabelecer nas fileiras da própria corporação, a complexa estruturação hierárquica da Polícia Militar fluminense tampouco pode ser explicada apenas pela necessidade de “guerrear” nos territórios onde a violência arbitrária e a morte são impostas como dados do cotidiano (Bordin, 2021). A necessidade de estabelecer distinções entre as pessoas e seus alegados privilégios, e não direitos, finca raízes profundas no passado cortesão da cidade do Rio de Janeiro, que abrigou a única corte em moldes europeus das Américas, entre 1808 e 1889 (Wilcken, 2010), primeiro como sede do Reino Unido de Portugal e Algarves e, posteriormente, do Império brasileiro. Soma-se a isso a profundidade da experiência escravista da sociedade brasileira, herdada do período colonial iniciado no século XVI e legalmente mantida até 1888, um ano antes da proclamação da República.

Portanto, concluímos que as desigualdades presentes nos quadros de oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, muito além do feitiço tipicamente militar de desigualdade

e precedência, são características de uma sociedade hierarquizada (DaMatta, 1997), da qual a PM faz parte e na qual atua organicamente para a manutenção das coisas como são, mais do que para sua transformação ou para o exercício de um papel institucional de administração de conflitos.

Como vimos, isso reflete o esforço sistemático, renovado a cada geração, de manutenção do status quo, seja por meio do uso da corporação em uma guerra externa, travada nas ruas e declarada em territórios onde a violência funciona como linguagem, seja na forma de distinções entre aqueles “internos”, nos quartéis, aparentemente iguais em termos de gradação no acesso ao poder decisório.

Na medida em que, dados os regramentos, práticas e precedências inerentes ao exercício da carreira de oficial da PM fluminense, apenas oficiais “sangue puro” terão a oportunidade de construir uma trajetória que os coloque em posição de elegibilidade para exercer o cargo de comandante-geral da corporação, por indicação do Poder Executivo estadual. Dessa posição, situada no topo da hierarquia da corporação, terão o atributo de decidir sobre ações, políticas e operações.

Em última instância, tal oportunidade alcança apenas aqueles considerados puros. Estes, por sua vez, dada a configuração institucional da corporação que os leva a dispor de poderes, em cadeias de comando grandes e pequenas, formalizadas ou informais, sofisticadamente articuladas, atualizam internamente sua hierarquia militar, mas não apenas militar, ao mesmo tempo em que produzem externamente a manutenção de determinada ordem nos espaços públicos e territórios das cidades.

Essa articulação sofisticada da máquina institucional permite que a mesma corporação protagonize ações díspares em situações mais ou menos análogas, seja em auxílio ao cumprimento de mandados de busca e apreensão, seja no patrulhamento ordinário, a depender, fundamentalmente, de fatores que não estão necessariamente previstos nos manuais de conduta policial ou no direito infraconstitucional, mas muito mais no endereço e no status atribuído à vizinhança ou aos sujeitos que são objeto da eventual busca. Em suma, é fato notório, inclusive naturalizado por grande parte da imprensa (Silva, 2020), que ações policiais, ou mesmo a presença regular de uma viatura na esquina, não significam a mesma coisa na zona sul da cidade e em suas periferias.

Com essa configuração, os quadros da instituição renovam-se regularmente por jovens bacharéis em Direito que ingressam pela “porta da frente” para exercer o cargo de oficial de polícia. Se tiverem disciplina, discernimento e, sobretudo, boas relações

políticas, poderão, mediante indicação do governador do estado, ocupar o comando-geral da corporação. Nesse cargo, terão de realizar a mediação política entre as representações e práticas implícitas que mantêm privilégios nas mãos das elites dirigentes e de seu entorno mais imediato e o restante da população, frequentemente tratado com “tiro, porrada e bomba”.

Ainda que tais tratamentos discriminatórios e eventualmente violadores de direitos sejam, atualmente, denunciados com maior frequência, e embora lideranças e coletividades se mobilizem para denunciar abusos, arbitrariedades e brutalidades, os “puros” continuarão a dispor de companhias, batalhões e outras divisões operadas por grupos de impuros e semipuros, por praças, que receberão as ordens de executar o trabalho sujo, uma vez que já não são considerados, a rigor, limpos.

Caso as coisas escapem ao controle, ou caso os direitos violados sejam reclamados publicamente por lideranças e coletividades, expurgos poderão ser realizados para salvar a “honra”, o “bom nome” e a pretensão de boa reputação da corporação, dirigida pelos puros, que, por sua vez, continuará estruturada da mesma forma, atuando segundo práticas tornadas tradicionais, embora não estritamente legais, e produzindo os mesmos efeitos de desigualdade.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. Problemas de interferência e prova na observação participante. *In*: _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BORDIN, Marcelo. **A guerra é a regra: a hipermilitarização da segurança pública no Brasil**. São Paulo: PG Editorial, 2021.

COSTA, Perla. **Quando a gansóloga sou eu: uma etnografia sobre as práticas dos policiais militares no Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

COSTA, Perla. Como nasce uma gansóloga? **Revista Campo Minado – Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2021.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e cultura**: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis**. Rio de Janeiro: EDUSC, 2000.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de antropologia e de direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LEACH, Edmund. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Victor Civita, 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PMERJ). **Academia de Polícia Militar Dom João VI – Histórico**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2025. Disponível em: <https://apm.pm.rj.gov.br/sobre/historico>. Acesso em: 11 out. 2025.

RAMOS, Leonardo. Entre a “judaria interna”, a “pista salgada” e o “medo de se entregar”: uma etnografia das representações de medo entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Campo Minado – Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, v. 1, n. 2, 2021.

RAMOS, Leonardo. **“A barca é política”**: uma etnografia dos conflitos, moralidades e hierarquias no transporte público aquaviário sobre a Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: Autografia, 2025.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. **Sociedade dos esquemas**: uma etnografia sobre candidatos à carreira policial militar no subúrbio carioca. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SILVA, Edílson. **Notícias da violência urbana**: um estudo antropológico. Niterói: EDUFF, 2010.

SILVA, Robson Rodrigues. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “pato”: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar. Niterói: EDUFF, 2011.

SIRIMARCO, Mariana. Reformas policiales y narrativas institucionales en Argentina: renombrando escuelas de policía. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 605-633, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERÍSSIMO, Marcos. O medo de errar e o ethos da Polícia Militar no Rio de Janeiro. In: PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía (org.). **Políticas públicas de segurança e práticas policiais no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2009.

VERISSIMO, Marcos. **“De sol a sol”**: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a segurança pública na “cidade maravilhosa”. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

VERISSIMO, Marcos; COSTA, Perla. Viveiros de gansos e viveiros de patos: um estudo sobre práticas policiais envolvendo apreensão de drogas no estado do Rio de Janeiro. **Teoria e Cultura**, v. 19, n. 1, 2024.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

